

## ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE

A militarização do ensino é assunto posto já há algum tempo, dado ter sido uma das primeiras medidas implementadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, por meio do Decreto nº 10.004/2019, que criou o Programa Escolas Cívico-Militares.

Apesar de o programa ter sido extinto há um ano pelo presidente Lula, vimos renascer tal excrescência recentemente, no Estado de São Paulo, pelas mãos do governador Tarcísio de Freitas, tendo sido apoiado imediatamente pelo prefeito Ricardo Nunes. Ambos visam, obviamente, re-

torno eleitoral, pois sabemos do apelo popular que a propensa “disciplina” de escolas militarizadas carregam. Mas é necessário olharmos para além do senso comum da população e fazermos o enfrentamento a este modelo de escola, cujos objetivos ultrapassam o enquadramento dos alunos e professores no conservadorismo e o retrocesso político-pedagógico.

O SINPEEM defende uma educação libertadora, cidadã, com gestão democrática, que proporcione ao indivíduo consciência de classe e conhecimento necessário para a transformação da sociedade.

Entretanto, a direita bolsonarista que conseguiu eleger Tarcísio de Freitas em São Paulo se inspira na concepção fascista da sociedade que vicejou no período entre guerras, cuja proposta de educação militarizada visava impor à sociedade a versão totalitária do mundo, de total subordinação dos indivíduos ao Estado-Nação, por meio do autoritarismo, sendo estratégia do nazifascismo a destruição de todos os caminhos que levem a uma sociedade solidária e com a participação cidadã. E esta destruição se dá por intermédio da violência e meios simbólicos de propaganda ideológica, criando inimigos imaginários, um forte anticomunismo, espalhando o medo de maneira institucional, o ódio, o fundamentalismo religioso, a xenofobia e todas as for-



mas de preconceito. Tudo orquestrado para obterem controle sobre o social, sobre corpos e mentes.

Neste contexto, “a educação é um elemento fundamental no qual o pensamento fascista e autoritário tem que intervir. Por um lado, interfere na desconstrução de estruturas e práticas educacionais e pedagógicas que culminem na autonomia e criticidades dos indivíduos e, por outro lado, procura instrumentalizar através da educação formal e sobretudo escolar no ensino básico, no ensino profissional e no ensino superior a difusão de sua ideologia autoritária”. (Jorge Luiz Ayres Gonzaga, IN A relação entre as concepções fascistas e o autoritarismo contra a democracia, o conhecimento e a educação, *rizoma-freireano.org*)

No Brasil, com uma república nascida pelas mãos de marechais, as escolas militares remontam ao início do século passado. No entanto, foi Getúlio Vargas que, antes do término da Segunda Guerra Mundial, introduziu o estudo da Educação Moral e Cívica, com o objetivo de forjar a “consciência patriótica” dos alunos e internalizar a afeição ao dever militar. É desta época o culto à bandeira e a obrigatoriedade de hasteá-la diariamente nas escolas ao som do hino nacional e com alunos perfilados como soldados. Centros cívicos, substituíram os grêmios estudantis e oficiais das Forças Ar-

madas e foram chamados a colaborar.

Durante a ditadura militar (1964/1985) foi instituída no Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Comissão Nacional de Moral e Civismo, com a finalidade de fazer a articulação com as autoridades civis e militares em todos os níveis de governo, com vistas à implantação e manutenção da doutrina da Educação Moral e Cívica, juntamente com o ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSP) e a restrição do ensino de História, Geografia e Filosofia, inserindo a doutrina de segurança nacional no currículo escolar, numa dobradinha repressora MEC/Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), registrada na Lei nº 5.692/1971, a LDB da ditadura.

## Militarização do ensino em São Paulo

Desconsiderando o cinismo presente na lei sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas para a implementação de escolas cívico-militares no Estado de São Paulo, um dos objetivos seria “atuar no enfrentamento da violência e promover a cultura de paz no ambiente



www.eurasia1945.com – La Italia fascista

escolar e estimular a promoção dos direitos humanos”.

Temos um governo cuja a Polícia Militar matou duas pessoas por dia no primeiro trimestre de 2024 (138% a mais que em 2023), além de denúncias de alta letalidade, tortura, racismo, desrespeito aos direitos humanos e execução sumária de “suspeitos”, que levaram o governador a suspender o uso de câmeras nos uniformes policiais. Sem falar na agressão e perseguição política aos estudantes que protestaram contra a aprovação da lei na Assembleia Legislativa (Alesp).

O óbvio deve ser dito: escolas cívico-militares não melhoram a aprendizagem dos alunos, custam muito mais, segregam, levam ao cerceamento da organização dos profissionais da educação e desviam a verba destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino que defendemos para uma escola laica, gratuita, estatal e com qualidade social.

*Escola militar nacionalizada no Sul do Brasil - Era Vargas*



Entendemos que a militarização faz parte de um projeto de desmonte da educação pública como fruto da aliança entre grupos que defendem o corte no financiamento público vinculado à educação, investem contra a laicidade da escola pública, incentivam o “homeschooling” e a “escola sem partido”, querem criminalizar os debates sobre gênero e sexualidade

www.researchgate.net

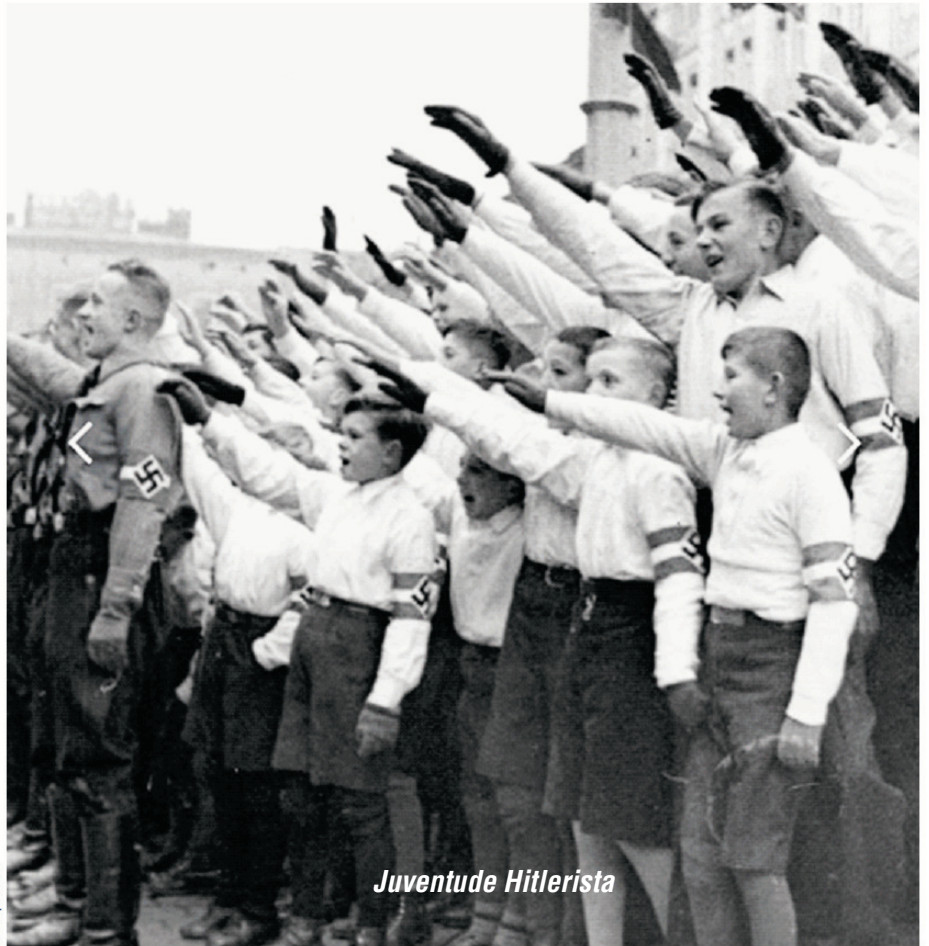


etc. São os neoconservadores agindo em conjunto com os ultra-liberais, que se espalharam e aumentaram a sua representação nos parlamentos, no Executivo e no Judiciário, sempre lembrando que o fascismo tem sido uma saída a qual a burguesia liberal recorre para defender os seus interesses de classe.

O debate deste tema deve abarcar a necessária identificação dos vínculos entre acumulação de capital, a militarização da sociedade, a política e a educação, sempre trazendo à tona a realidade belicosa do capitalismo imperialista, que só sobrevive às expensas de guerras, sejam elas civis, convencionais, híbridas, irregulares, contra “inimigos externos ou internos”.

Os profissionais de educação, os estudantes e seus familiares precisam refletir sobre o quanto há de ideológico no discurso “da caserna”, disciplina, hierarquia, meritocracia, premiação e coesão da tropa, visando vigiar e punir, gerando um adestramento subjetivo da classe trabalhadora para que defendam a continuidade da própria exploração, procurando solapar os princípios que historicamente defendemos na escola pública como solidariedade, equidade, cidadania, respeito aos direitos humanos, gestão democrática, laicidade, liberdade de cátedra, consciência política e superação da sociedade de classes.

“A nova direita age articulando, contraditória e dia-



Wikipédia

*Juventude Hitlerista*

leticamente, os mecanismos de consenso e coerção. Vinculam-se, assim, grupos econômicos nacionais e internacionais que interferem em políticas públicas pautadas em reformas e privatizações. Privatizam a gestão e as funções sociais do Estado, controlando fundos públicos e criando as próprias regras do jogo que estão jogando.” (Casimiro, F.H.C., A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo, 2018, p. 465).



www.brasil247.com

*Desfile no 7 de Setembro no Brasil dos anos de 1970, com a participação obrigatória de alunos das escolas públicas junto ao aparato militaresco*

# A PLATAFORMIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Por meio do Sistema de Gestão Pedagógica (SGA), a rede municipal de ensino de São Paulo está iniciando o uso de plataformas digitais no processo de ensino e aprendizagem.

O portal foi apresentado como um recurso facilitador do fazer pedagógico. Mas qual o grande problema da adoção da plataformização pelos sistemas de ensino públicos pelo país afora?

A Constituição Federal de 1988 afirma que é responsabilidade do Estado ser o principal garantidor da saúde, segurança e educação públicas. No entanto, o capitalismo planeja expandir suas fronteiras comerciais minando o poder do Estado, avançando sobre as áreas de atuação da esfera pública. Muitas vezes contando com o apoio e o interesse de governos locais que trabalham para promover o sucateamento dos serviços ofertados para a população, o que justificaria o repasse para a iniciativa privada.

Desde 2016, estamos vivendo uma ofensiva neoliberal, com ataques a todos os direitos dos cidadãos e a educação pública se insere neste contexto.

A plataformização da educação é uma das interfaces deste processo, na medida que, com acesso aos dados de estudantes e de profissionais, atua para desmontar redes de ensino, desqualificar o trabalho docente e padronizar currículos, formando pessoas acríticas, além de lucrar de maneira imediata com contratos milionários – vide Prefeitura de São Paulo: R\$ 48 milhões para um período de dois anos.

Desta forma, tem início um processo de degradação da escola pública como a concebemos hoje. Conforme o processo de plataformização se acentua, a exemplo do Estado do Paraná, cuja escola muda o foco do seu fazer pedagógico, deixando de lado a formação com preocupação social, democrática e cidadã e passa a entrar numa lógica de mercado por meio da competitividade e da meritocracia.

O trabalho do professor é esvaziado de sentido, passando a ser apenas o fiscalizador do sistema, garantindo que os alunos acessem a plataforma. Neste mesmo processo, temos a padronização do currículo, a utilização de banco de atividades. As avaliações baseadas em testes levam a um ranqueamento das escolas da rede e, a partir destas medições, as escolas que não atingem as metas desejadas são responsabilizadas, justificando a terceirização de unidades escolares. Tira-se do Estado a responsabilidade de garantir educação pública e a transfere para o mercado com as parcerias público-privadas, como temos presenciado Brasil afora.

Para além das questões profissionais, como o fim da carreira com os direitos atuais, as novas plataformas digitais sinalizam para uma formação deficiente, levan-



do ao agravamento das desigualdades educacionais dos estudantes das camadas mais vulneráveis.

Neste sentido, o capitalismo, com este projeto nos moldes que estão sendo reproduzidos, ensina o aluno a apenas servir o mercado, por meio de habilidades e competências. Do ponto de vista político, forma cidadãos acríticos e alienados do processo científico, filosófico, sociológico, cultural e humanístico. Longe de uma pedagogia libertadora e inclusiva, como defendia o educador Paulo Freire, na qual o estudante é um agente ativo do seu processo de ensino e aprendizagem.

A plataformização não leva em conta a individualidade, o seu território e as subjetividades dos sujeitos no percurso educativo. Trabalha na lógica da massificação de alguns elementos como uma base que sirva para todos, bem expressa na Base Nacional comum curricular (BNCC).

Não importa o estágio do capitalismo que estivermos, o que se deseja sempre é mão de obra e massas dóceis para manter as classes dominantes com seus privilégios. A educação, como todos os serviços públicos da sociedade, está no meio de uma disputa ideológica, que coloca em risco a estrutura da educação básica brasileira.

Segundo Paulo Freire, “não existe um processo de educação neutro. A educação, ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica atual do sistema, ou ela se torna a prática da liberdade, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar da transformação do seu mundo”.

É necessário que fiquemos alertas. Que possamos discutir e definir os limites claros deste sistema sobre a nossa liberdade de cátedra, do trabalho pedagógico e da autonomia das unidades escolares.